

Description Record

PT/PR/AHPR/SG/AG/AG0101/AG010101/1393/002

Description level	PÇ
Reference code	PT/PR/AHPR/SG/AG/AG0101/AG010101/1393/002
Title type	Atribuído
Title	Decreto de nomeação do Dr. Raul Jorge Rodrigues Ventura, Ministro do Ultramar, para gerir interinamente os negócios do Ministério da Marinha, com a exoneração, a pedido, do cargo do Contra-Almirante, Américo Tomás.
Date range	1958-05-10 - 1958-05-10
Dimension and support	1 fl.
Holding entity	Presidência da República
Scope and content	Original do Decreto n.º 41.614 assinado pelo Presidente da República, Francisco Higinio Craveiro Lopes e pelo Presidente do Conselho, António de Oliveira Salazar. (Publicado no D.G. n.º 99 - I Série de 1958/05/10)
Physical quota	AG.1393/002
Language(s) of the material	Português
Notes	1 - Último decreto assinado pelo Presidente da República, Francisco Higinio Craveiro Lopes.

2 - Francisco Higinio Craveiro Lopes nasceu em Lisboa a 12 de abril de 1894, e faleceu também em Lisboa a 2 de setembro de 1964. Originário de uma família de tradição militar, frequentou e concluiu o Colégio Militar a 23 de julho de 1911. Nesse ano alistou-se como voluntário no Regimento de Cavalaria 2 e como 1.º sargento-cadete tira o curso de Cavalaria na antiga Escola do Exército, ingressando posteriormente na Aeronáutica Militar. Em 1917 tira o curso de piloto militar, na Escola de Aviação francesa, em Chatres, sendo na altura promovido a tenente.

Em março de 1922, exerce as funções de instrutor de pilotagem, como capitão piloto aviador e em 1926, colocado na Aeronáutica Militar, é nomeado director da Divisão de Instrução da Escola Militar, cargo que exerce até 1929, função que volta a exercer em 1932, e também em 1939, por períodos curtos.

Em 1930, como major, exerce as funções de chefe da Repartição do Gabinete do Governador-geral da Índia (seu pai, João Carlos Craveiro Lopes) e de 1933 a 1934 ocupa a chefia do mesmo Gabinete. Entretanto, em 1934, é nomeado governador interino do distrito de Damão, cargo mais tarde confirmado com as atribuições de intendente, sendo mesmo encarregado do Governo-Geral da Índia em finais de 1936. Em 1939, já como tenente-coronel, comanda a Base Aérea de Tancos.

Em 1943, tira o curso de Altos Comandos e é chamado para o Instituto de Altos Estudos Militares com funções docentes.

De 1944 a 1950, exerce as funções de comandante-geral da Legião Portuguesa.

De 1945 a 1949 é eleito, pelo distrito de Coimbra, representante na Assembleia Nacional, cargo que acumula com o de comandante da Base Aérea da Terceira.

Em 1945, é promovido a brigadeiro e, em 1949, é promovido a general. Em 1951, é nomeado comandante da 3.ª Região Militar, cargo que acumula com as funções docentes no Instituto de Altos Estudos Militares. A 21 de julho de 1951, é escolhido pelo regime, indicado pela União Nacional e eleito - sem opositor, após a desistência de Quintão Meireles, candidato opositorista - para a Presidência da República.

O nome de Craveiro Lopes como um homem a ser indigitado para a Presidência da República surge por um mero acaso. Procurava-se um sucessor para o marechal Carmona, falecido no exercício de funções, em abril de 1952, num momento político de melindre. Os militares estavam inquietos e a oposição também, pondo em causa a liderança de Salazar.

Craveiro Lopes era, na altura, um ilustre desconhecido com uma folha de serviço exemplar, de grande integridade pessoal, leal e isento de manipulação política. Visto pela ótica do regime, Craveiro Lopes, talvez fosse o homem ideal para reunir em torno da sua figura o consenso das oposições.

Assim, ao ser eleito com 80% dos votos, nada fazia prever que a sua Presidência acabasse por ser problemática - um verdadeiro estorvo - para o regime; mas a verdade é que, desde o início do seu mandato, entre Craveiro Lopes e o presidente do Conselho as relações foram sempre frias e formais. O feito das duas personalidades nunca poderia produzir relações amistosas.

Com o decorrer dos anos, Craveiro Lopes vai-se sentindo cada vez mais humilhado e vexado: os seus discursos eram revistos e modificados, as suas propostas e projetos recusados ou protelados, as convocações da Presidência ao Governo ignoradas.

Com a sua carreira militar de excelência, militar habituado a tomar decisões e a agir Craveiro Lopes não se conformava em ser um mero elemento decorativo do regime, desempenhando um papel passivo, sem iniciativa própria, sem uma atuação direta e visível - símbolo da unidade nacional e de guardião das instituições. A oposição, por seu lado, foi-se acercando do Presidente e com Craveiro Lopes foi nascendo a esperança de mudança.

Por meio de cartas, pedidos de reuniões, audiências davam-lhe conta do que se passava no País e

veiculavam a questão da censura, da falta de liberdade de reunião, da questão do sufrágio livre e universal, etc.

Do outro lado, o regime - isto é, Salazar - não pretendeu nunca um Presidente que quisesse intervir na atividade governativa ou que quisesse ter um papel ativo; a situação foi-se tornando demasiado perigosa e era necessário dar-lhe uma solução, antes que estivesse fora de controlo. Assim, o regime foi passando, a pouco e pouco, uma imagem negativa da personalidade de Craveiro Lopes, de forma a que pudesse ter justificação a sua substituição, em altura propícia: passava para fora a imagem de um Presidente caracterizado pela inflexibilidade, pela rigidez, pela inacessibilidade, conectado com a oposição ao regime, um homem disposto a substituir Salazar.

Quando o ano de 1958 - ano de eleições presidenciais, tal como previsto pela Constituição - chegou, Craveiro Lopes não escondia que ambicionava um segundo mandato. É então que o partido único do regime - a União Nacional - escolhe Américo Tomás, até aí Ministro da Marinha.

Craveiro Lopes é afastado mas para amenizar o caso o regime concede-lhe a distinção do macharelato, logo na ocasião. Uma forma de compensação ou uma forma de exigir lealdade? De qualquer forma era distinção atribuída aos Presidentes da República militares de carreira.

O ainda Presidente Craveiro Lopes, fez, desde logo, constar que não aceitaria qualquer benefício ou privilégio de parte do Governo, que não estivesse já publicado em lei e no respeitante a uma eventual promoção a Marechal, só a aceitaria se ela fosse da iniciativa das Forças Armadas e não do Governo. É o General Botelho Moniz, indigitado como novo Ministro de Defesa que incita o Presidente "afastado" a aceitar a promoção nas condições que pretendia, pois assim não passaria à situação de reforma, continuando no ativo, como - o que designou - uma "reserva da Nação"; e foi assim que num dia do mês de Fevereiro de 1959, uma representação de Oficiais Gerais foi recebida na casa do antigo Presidente a quem apresentaram cumprimentos e transmitiram a notícia da sua promoção a Marechal da Força Aérea.

Tendo falecido em 1964, longe dos meandros do poder e retirado da vida pública e política, o envolvimento de Francisco Craveiro Lopes na tentativa de golpe militar de 13 de abril de 1961, liderado por Botelho Moniz, é prova do seu inconformismo face à perpetuação do Salazarismo.

<http://www.presidencia.pt/?idc=13&idi=27>

https://pt.wikipedia.org/wiki/Francisco_Craveiro_Lopes

Documento digitalizado.

Technical notes